

# Desafio de 1999 é equilibrar as contas

*Brasil precisa cumprir as metas acertadas com o FMI para afastar os riscos externos e garantir a retomada do desenvolvimento*

Ricardo Leopoldo  
Da equipe do Correio

**S**ão Paulo — O Brasil enfrentará muitas dificuldades em 1999. Atingido duramente pela crise financeira internacional, o País terá de conviver com recessão, que significa queda no consumo, redução na produção, aumento do desemprego e eventuais falências de empresas. Para superar esse quadro pouco animador, o presidente Fernando Henrique Cardoso terá a árdua tarefa de equilibrar as contas públicas no segundo mandato. Nesse período, o governo precisará fazer uma economia de R\$ 100,4 bilhões e deve cortar investimentos ou aumentar impostos.

Somente em 1999, o país deve conseguir uma economia de R\$ 28 bilhões. Esse esforço fiscal é fundamental para receber neste ano uma parcela de US\$ 27 bilhões do empréstimo de US\$ 41,5 bilhões prometido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), bancos de desenvolvimento e 20 países, entre eles Estados Unidos e Japão. Se não cumprir as metas firmadas com o FMI, a ajuda não virá, o que pode provocar uma nova fuga de capital estrangeiro.

Para fechar as contas externas até dezembro, o governo precisará de US\$ 59 bilhões, calcula o economista do Citibank, Robério Costa. Ele acredita que sem os recursos, o país mergulhará num turbilhão financeiro de desfecho imprevisível. Nesse caso, a desvalorização do real seria inevitável, prevê Costa. FHC sabe que precisará diminuir neste ano o déficit público nominal (despesas superiores aos gastos, incluindo os juros) de R\$ 72 bilhões para R\$ 42 bilhões. Se isso ocorrer, aumentarão as chances da economia reagir e diminuir o tamanho da crise.

Estimativas mais otimistas, como a do professor José Marcio Camargo (PUC-RJ), apontam que o Produto Interno Bruto (PIB) vai recuar 1% em 1999. Os mais pessimistas, como Arturo Porzecanski, diretor do banco ING Baringsm, em Nova York, acreditam que a queda será de 3%.

## TESTE

A superação dessas dificuldades será um teste político para o PSDB, partido do presidente. "A sobrevivência dos tucanos no governo depende do desempenho fiscal do país em 1999. Se seguirmos o ajuste acertado com o FMI, teremos fortes chances de elegermos o sucessor", comenta o senador Carlos Wilson (PE). "Precisamos austeridade nos gastos públicos. Mas em 2000, o país iniciará o crescimento, que poderá se aproximar a 4% em 2001", afirma o deputado federal Artur Virgílio (AM), secretário-geral do partido.

Um dos grandes desafios de Fernando Henrique é cortar 41,6% do rombo dos cofres da União, incluindo estados e municípios. A providência é necessária para redu-

zir a vulnerabilidade do País — altamente dependente de recursos estrangeiros para o financiamento do déficit público — às crises externas.

Desde 1995, o governo apostou que os investidores não rejeitariam os juros elevados oferecidos pelo Banco Central. Os problemas asiáticos, em outubro de 1997, afugentaram do Brasil US\$ 9,3 bilhões. Dez meses depois, Moscou declarou uma moratória de US\$ 40 bilhões, provocando a revoada de recursos dos países emergentes.

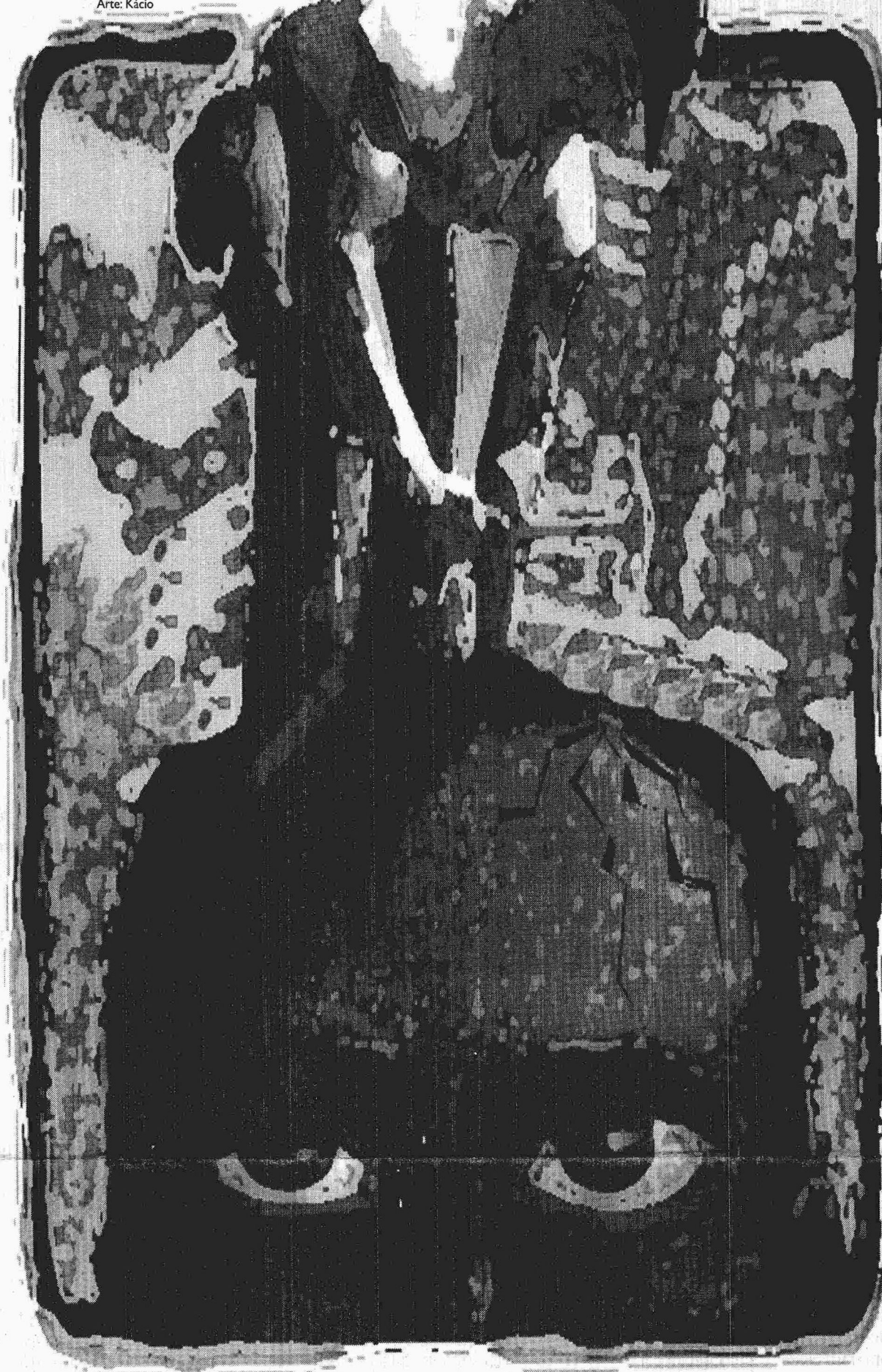
Em setembro, havia um temor nas principais praças financeiras do mundo, como Nova York e Londres, de que o Brasil seguiria o calote russo. Assustados, bancos, empresas e fundos de investimento deixaram o país, provocando uma queda de US\$ 21,5 bilhões das reservas cambiais. O governo percebeu que a "aposta" na dependência dos capitais externos precisava acabar. O modelo econômico teria de mudar, pois o financiamento externo se- cou. Foi preciso pedir US\$ 41,5 bilhões ao FMI para garantir em 1999 o pagamento dos compromissos internacionais.

## DESENVOLVIMENTO

O novo mandato do presidente começa com mudanças. Destaca-se o Ministério do Desenvolvimento. Com ele, o governo deverá adotar suavemente novos rumos na economia: ganha força o aumento das exportações, crescimento das micro e pequenas empresas, mais atenção na geração de empregos.

Perde poder a política do governo de usar juros altos para compensar a incapacidade da União de poupar. Essa prática elevou a dívida interna de R\$ 153,1 bilhões de dezembro de 1994 para os R\$ 358,9 bilhões de setembro de 1998. No primeiro mandato do presidente, os juros anuais nunca foram inferiores aos 18,2% de agosto passado. A taxa mais alta atingiu 68% em março de 1995. "Gustavo Franco e Francisco Lopes, a dupla que manda no BC, são bem intencionados, mas só fazem maldades. Eles não sabem como garantir a expansão econômica e social do Brasil por décadas", comenta um dos principais acadêmicos do país, amigo pessoal de ambos.

Para analistas econômicos e políticos próximos ao presidente, o Ministério do Desenvolvimento fará muito pouco em 1999, pois o crescimento do país será fraco. Mas a partir do próximo ano há fortes expectativas de que a pasta se torne o principal motor de expansão do setor produtivo, pois contará com os R\$ 18 bilhões do orçamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Bons resultados no controle das despesas afastarão o pessimismo dos investidores", comenta o deputado Artur Virgílio. "Os juros cairão, as aplicações de recursos no Brasil aumentarão e o governo entrará numa rota virtuosa nos dois últimos anos de mandato; com economia estável, sem



Arte: Kácio

desvalorizações abruptas.

Mas estimular a expansão do setor produtivo não será nada fácil. O professor de economia Luis Roberto Cunha (PUC-RJ) alerta que não haverá evolução sem que o crédito dos bancos se torne bem fluído para as pequenas e médias empresas. "É preciso acabar com a cobrança de juros muito elevados, tanto na concessão de empréstimos às companhias como no repasse de empréstimos do BNDES".

Para que 1999 dê certo, analistas apontam que o Brasil terá de seguir três regras: aprovar a elevação da CPMF, atrair financiamentos externos e cumprir os objetivos fiscais para 1999 sem desvios, diz Paulo Leme, diretor do banco de investi-

mentos Goldman & Sachs.

Leme prevê três grandes riscos na implementação do pacote fiscal fechado com o FMI: um deles é a recessão ser pior do que o esperado, o que diminuirá as receitas federais. Se a economia cair 2% em 1999, a arrecadação diminuirá 0,25% do produto interno, ou R\$ 2,23 bilhões.

Outra dúvida é o controle duvidoso dos gastos pelos estados e municípios. Há preocupações também com os juros, que poderão ficar altos se não cessar a fuga de capitais. Segundo o governo, os juros médios neste ano não superarão 21,89%. Se o país não conseguir restaurar a credibilidade junto aos investidores, será muito provável que as taxas permane-

çam altas para atrair capitais. Isso trará um forte impacto nas contas públicas, aumentando a dívida interna, que não poderá passar de 46,7% do PIB em 1999.

Para Leme, cada ponto percentual de juros médios, acima dos 21,89% previstos aumentará os gastos do governo em 0,3% do PIB. Caso os juros médios anuais fechem neste ano em 22,89%, por exemplo, haveria um impacto sobre o déficit público nominal. O limite de R\$ 42 bilhões de gastos será aumentado em R\$ 2,68 bilhões. Se os juros ficarem ainda mais altos, atingindo 23,89% ao ano, o déficit nominal saltaria para R\$ 47,3 bilhões, R\$ 5,3 bilhões acima do número acertado com o Fundo.

## MEMÓRIA

### PREVISÕES QUE NÃO SE CONFIRMAM

*São Paulo — Havia uma pedra no meio do caminho. O verso de um poema de Carlos Drummond de Andrade talvez sirva como justificativa para os analistas que erraram previsões para a economia em 1998. A pedra no caminho foi a moratória russa, declarada em agosto, que provocou uma das piores crises financeiras do mundo nos últimos 50 anos.*

Dos sete economistas ouvidos pelo Correio no final de novembro de 1997, três deles, Edmar Bacha, o deputado federal Delfim Netto (PPB-SP) e Fábio Giambiagi (BNDES) estimaram um crescimento de 1,5% para 1998. A expansão deverá ficar pouco menor que 0,5%, como acertou Paulo Leme, diretor da Goldman & Sachs.

A queda da expansão do país derrubou a inflação do ano passado. A taxa medida pelo IPC da Fipe acumulava um número negativo de 1,67% até novembro. Leme errou menos, mas estimou que os preços subiriam 3%. Bacha ficou entre 3% e 3,5%. Carlos Ivan Simonsen Leal, professor da FGV-RJ, e Delfim Netto, previram uma inflação de 4% no ano.

O diretor da Goldman & Sachs, contudo, fez a previsão mais distante sobre o buraco das contas internacionais do país. Ele previu um rombo de US\$ 25 bilhões, mas o número deverá ficar em US\$ 32 bilhões.

Todos erraram feio o número do déficit público nominal (despesas maiores que receitas, com juros). O governo já assumiu que a taxa ficará pelo menos em 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Delfim Netto foi quem errou menos, mas ficou longe do acerto: previu 5% do PIB. Os economistas-chefes do Citibank, Carlos Kwall, do Chase Manhattan, Nilson Teixeira mais Paulo Leme, acreditaram em 4%. Edmar Bacha foi otimista demais: cravou 3,5% do PIB.

Nem só de erros marcaram as previsões. Quatro acertaram a taxa de desemprego. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou a média de 7,71% de janeiro a novembro de 1998. Edmar Bacha, Paulo Leme, Carlos Simonsen Leal e Nilson Teixeira avaliaram 8% para o ano inteiro. Delfim Netto preferiu 7% e Fábio Giambiagi ficou com 6,5%. "Essas estimativas são chutes. Passam perto da realidade, mas é impossível prever o futuro", ironiza Delfim. (RL)